

NÃO BASTA EXISTIR: É HORA DE REPARAR, REDISTRIBUIR E RESPEITAR A MAIORIA!

Richard Santos¹

Bom dia a todas as pessoas aqui presentes...

É com grande honra e orgulho, mas sobretudo com consciência da responsabilidade histórica deste momento, que iniciamos à Etapa Territorial da IV Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial — a IV CONEPIR — no território do Litoral Sul da Bahia.

Quero saudar com respeito profundo cada pessoa aqui presente. Saúdo as autoridades públicas, lideranças comunitárias, representantes do movimento negro, povos indígenas, comunidades quilombolas e de terreiro, comunidade cigana, juventude, mulheres negras, professores, estudantes, militantes, trabalhadores e trabalhadoras que, com luta diária, escrevem a história viva desta região. Saúdo ainda os ancestrais, cujas trajetórias de resistência fazem eco neste espaço.

Hoje, damos início a uma jornada coletiva com base no tema “Igualdade e Democracia: Reparação e Justiça Racial”. Esse não é apenas um lema. É uma urgência. E é, ao mesmo tempo, um horizonte de ação. Porque neste território onde a força afro-diáspórica pulsa em cada canto, falar de igualdade racial é falar de desenvolvimento regional, de soberania local e de dignidade humana.

A IV CONEPIR representa um marco político e simbólico de grande potência. Pela primeira vez desde o último ciclo de conferências, temos novamente a possibilidade de construir, de forma participativa e a partir dos territórios, diretrizes consistentes para a Política Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

Essa etapa, em especial, marca o compromisso do Litoral Sul com a democracia racial como prática viva — e não como mito. Aqui, a metodologia é a da escuta social ampla. Escutar o povo. Escutar os territórios. Escutar as

¹ É professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), coordenador do Grupo de Pesquisa Pensamento Negro Contemporâneo, coordena o projeto nacional Educar para Reparar: orçamento público e educação antirracista. É autor dos livros “Maioria Minorizada” e “Comunicação em Disputa – A luta pelo imaginário da América Latina na Era Trump” (2025).

vozes silenciadas. Porque só com escuta ativa é possível construir políticas públicas que estejam à altura das demandas da nossa gente.

Preciso reafirmar, que este não é um evento qualquer. Ele é, sim, um espaço estratégico para repensarmos o desenvolvimento do Litoral Sul da Bahia. Região que concentra riquezas ambientais, culturais e humanas imensuráveis, mas que também carrega desigualdades estruturais profundas.

Segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população dos municípios do Litoral Sul — como Ilhéus, Itabuna, Una, Uruçuca, Camacan, Canavieiras, entre outros — é majoritariamente formada por pessoas autodeclaradas pardas e pretas. Em Itabuna, por exemplo, mais de 70% da população é composta por pessoas negras. Em Ilhéus, esse percentual ultrapassa 65%. Isso significa que este é um território marcado pela presença da população afro-diáspórica, cujas condições de vida são impactadas por séculos de exclusão.

E aqui eu gostaria de trazer um conceito que é central na minha trajetória como pesquisador, extensionista, militante e professor da Universidade Federal do Sul da Bahia: o conceito de Maioria Minorizada.

A Maioria Minorizada é o nome que propus para descrever essa realidade que vivemos: nós, pessoas negras — pretos e pardos — somos a maioria populacional deste país e desta região. Contudo, seguimos sendo minoria no acesso à terra, à renda, à educação superior, à saúde de qualidade, à justiça e à representação política. Somos tratados como exceção mesmo quando somos a regra. Somos sistematicamente empurrados para a margem, mesmo quando sustentamos o centro.

Esse é o paradoxo perverso da sociedade racializada brasileira. E é ele que precisamos nomear para poder enfrentá-lo com coragem e lucidez. A CONEPIR é um espaço em que essa nomeação precisa acontecer — com rigor, com escuta, com método e com urgência.

E é por isso que este momento tem importância estratégica. Uma conferência como esta não se limita à formulação de propostas de gabinete. Ela interfere diretamente no modo como o Estado da Bahia vai definir políticas públicas para

esta maioria minorizada. Ela toca no coração da luta por reparação histórica, por justiça social e por inclusão real.

Mais do que isso: este espaço também é central para o desenvolvimento regional com justiça racial. Não há como pensar um modelo de desenvolvimento econômico sustentável, democrático e justo no Litoral Sul se não houver centralidade da população negra nas decisões. O desenvolvimento não pode ser entendido apenas como crescimento econômico. Ele precisa significar redistribuição de poder, de oportunidades e de dignidade. Desenvolvimento racialmente justo é aquele que valoriza os saberes das comunidades de terreiro, das juventudes periféricas, das mulheres negras rurais e urbanas. Desenvolvimento é terra para os quilombolas, é respeito aos povos originários, é direito à cidade para os periféricos.

Portanto, esta conferência também é um espaço de projeção de futuro. De elaboração de outro modelo de região — que tenha a igualdade racial como pilar e não como apêndice. E isso só será possível com a escuta participativa que aqui se propõe. Uma escuta que reconhece que o saber não está concentrado apenas nas universidades nem nos gabinetes. O saber também está nas vielas, nas roças, nos terreiros, nas rodas de conversa, nas assembleias comunitárias, nas vivências de cada pessoa que resistiu para existir.

Como um professor insurgente da Universidade Federal do Sul da Bahia, reafirmo aqui o compromisso da universidade pública com esse processo. A UFSB nasceu com a missão de interiorizar o ensino superior e ampliar o acesso de populações historicamente excluídas. Hoje, nossos campi se espalham por municípios de forte presença afro-diáspórica, cigana e indígena. Por isso, temos a obrigação ética de ser agentes da transformação racial, social e cultural deste território. Nosso papel é ouvir, acolher, refletir e agir.

Me compreendo como um professor insurgente. Uma pessoa que se recusa a reproduzir a lógica de uma universidade que, por vezes, insiste em se afastar do mundo concreto, das ruas, dos terreiros, dos quilombos, das marés, dos assentamentos, das favelas e das feiras livres. Por isso, minha escolha é outra: ter os pés no chão. Ou melhor, no barro. O barro das relações comunitárias,

das trocas verdadeiras, da escuta viva. O barro que suja o sapato, mas limpa a arrogância. É aí que está a universidade que acredito — aquela que não se fecha em si, mas se abre para e com o território.

Atuo na UFSB, e na sociedade baiana, com essa perspectiva. Não por vaidade, mas por coerência. Porque compreendo que educação é prática social. E que o saber que não se compromete com a transformação das desigualdades é apenas um luxo a serviço da manutenção das injustiças.

Foi com esse espírito — de partilha, de presença, de trabalho no coletivo — que finquei raízes neste território do Litoral Sul da Bahia. E esse vínculo não passou despercebido. Em 2023, tive a honra de receber o título de Cidadão Itabunense, concedido pela Câmara de Vereadores de Itabuna, por proposição da vereadora Wilmacy. Uma homenagem que carrego com humildade, mas também com a certeza de que ela não é apenas para mim. Ela representa o reconhecimento de que a universidade pública precisa e pode estar do lado do povo. Que o intelectual negro, afro-diáspórico, pode e deve ser agente de transformação concreta nos territórios em que atua.

Receber esse título foi mais do que uma distinção simbólica. Foi um pacto com a terra. Um pacto com os que me antecederam e com os que virão. Um compromisso de permanecer presente, de colaborar, de escutar e de lutar junto.

Por isso louvo esse chamado da conferência, sua metodologia proposta e a inclinação à escuta ativa da comunidade. Escutar é diferente de consultar. Consultar, muitas vezes, é uma formalidade. Escutar é um pacto. Um pacto com o tempo do outro, com sua experiência, com suas dores e com sua proposta. A metodologia que guia esta etapa territorial da CONEPIR entende isso — e por isso carrega o potencial de transformar não apenas documentos, mas relações.

A escuta aqui proposta também se articula com o conceito de Maioria Minorizada. Afinal, escutar a maioria que foi historicamente excluída da formulação das políticas públicas é um gesto de insurgência política e de construção de nova cidadania. É um modo de transformar a ausência em

presença. O silêncio imposto em palavra partilhada. A desigualdade naturalizada em projeto de reparação.

Mas para que essa escuta se torne de fato transformadora, é preciso que ela seja integrada aos ciclos seguintes do processo político. Escutar, sistematizar e arquivar não basta. É preciso garantir que as proposições construídas aqui se convertam em ações com orçamento, cronograma, fiscalização e continuidade.

Ao dar início a esta conferência, afirmamos também que não há democracia sem igualdade racial. Não há como falar em direitos, cidadania e justiça, sem enfrentar a estrutura que mantém a maioria minorizada em condição de subalternidade. Não basta reconhecer a desigualdade — é preciso nomeá-la, enfrentá-la e repará-la. Isso é democracia de verdade. Isso é justiça social. Isso é compromisso com o povo.

E é esse o espírito que espero que guie todos os trabalhos ao longo desta conferência. Que possamos sair daqui com propostas fortes, mas também com vínculos fortalecidos, com articulações ampliadas e com coragem renovada. Que saíamos com a certeza de que estamos escrevendo, com nossas mãos, uma nova página da história da Bahia — uma história que se recusa a apagar a maioria que sempre esteve viva, potente e em movimento.

Muito obrigado!